

ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DE MASCULINIDADES EM ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Jonas Alves da Silva Junior; Aline da Fonseca Barros

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, jonasjr@usp.br; Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, alinefbarros@hotmail.com

Resumo

O presente trabalho pretende discutir a repercussão estabelecida na construção das masculinidades de adolescentes em uma instituição socioeducativa do município do Rio de Janeiro. A pesquisa fundamentou-se a partir de um posicionamento teórico abalizado por autores/as pós-estruturalistas dos Estudos de Gênero e Culturais. A metodologia foi pautada pela pesquisa qualitativa de caráter exploratório-descritiva, realizada em uma unidade socioeducativa provisória de privação de liberdade masculina do Novo DEGASE (Departamento Geral de Ações Socioeducativas). Os interlocutores são compostos por socioeducadores/as das áreas psicossocial, segurança e educação. Como resultado, constatou-se a potencialização do prestígio de uma masculinidade hegemônica, dificultando a convivência a outras possibilidades de ser homem e de vivenciar sexualidades não heterossexuais, assim como impedindo que socioeducadores/as possam incluir em suas práticas pedagógicas com os adolescentes temas concernentes a relações de gênero e diversidade sexual.

Palavras-chave: Masculinidades; Sexualidades; Gênero; Juventudes; Socioeducação.

1. Introdução

A socioeducação envolve um dos vetores constituintes da educação brasileira, junto à educação regular (formal/escolar) e à educação profissionalizante. Em sua envergadura há operações que afluem para a preparação de adolescentes à convivência social; no caso particular de adolescentes interditados pela lei, deve subsidiar o retorno à liberdade para que procedam como sujeitos de direitos e deveres e também como possíveis profissionais.

Para tanto, busca proporcionar atividades psicopedagógicas que possam ressignificar a conduta delituosa dos adolescentes no intuito de que eles não recaiam no exercício de atos infracionais e, desta forma, não retornem a uma instituição socioeducativa prisional. Todavia, durante a fase de internação, é frequente a constatação de diversas ocorrências coercitivas que se concretizam em ações violentas no plano da ameaça, intimidação e agressão contra a integridade física entre os próprios pares. Muitos desses atos também estão sujeitos ao domínio do binarismo sexual (hetero/homossexualidade, masculino/feminino, opressor/oprimido), do sexismo, da misoginia, da busca de uma pretensa virilidade e suas consequências, entre elas, a bi/lesbo/homo/transfobia (LOURO, 2000; WELZER-LANG, 2001).

Na pesquisa “Juventudes e sexualidade”, realizada sob encomenda da UNESCO, as autoras Abramovay, Castro e Silva (2004) apresentam duas importantes reflexões para este projeto no que se refere às temáticas sexualidades e juventudes no contexto da escola. A primeira remete ao

silenciamento aliado às práticas homofóbicas de estudantes contra outros “acusados” de homossexuais. Em segundo, delatam que os educandos brasileiros investigados assinalam em uma escala de atos violentos que o item bater em homossexuais é avaliado menos grave em relação ao uso de drogas ou ao ato de roubar. Em uma unidade socioeducativa cuja restrição de liberdade confere o convívio circunscrito e obrigatório de forma intensiva, as questões alegóricas que abalizam a homofobia apresentam-se muito mais potentes e ameaçadoras se confrontadas com o ambiente escolar – condição esta que legitima a relevância de estudos neste campo.

Basicamente, ressalta-se que a produção de conhecimento na área socioeducativa em sistema de restrição de liberdade, à luz construcionista, demanda uma cautela sobre duas das principais preocupações das obras pós-estruturalistas foucaultianas: o dispositivo disciplinar e o dispositivo da sexualidade.

O dispositivo disciplinar apresentado por Foucault (1987) é explicitado de forma mais aprofundada no livro “Vigiar e punir”, quando ele discorre sobre o surgimento da prisão e as táticas de poder, controle social e, conseqüentemente, da subalternização dos sujeitos no nexos da fabricação política de corpos docilizados e domesticados pelas relações de poder em uma sociedade disciplinar. No que tange ao dispositivo da sexualidade, o mesmo teórico (2005) prosseguiu a crítica à construção da sociedade disciplinar e à produção dos sujeitos; entretanto, debruça-se no alargamento dos estudos alusivos ao controle das sexualidades através da fabricação de subjetividades normatizadas, onde se fixam práticas discursivas controladoras e de estímulo às sexualidades, aos corpos e à composição do objeto sexo. Essas concepções viabilizam “fotografar” relações discursivas que atravessam uma instituição socioeducativa, onde jovens ora são representados como algozes, ora são vitimizados; no entanto, não é um equívoco afiançar que os mesmos são artífices de contextos favoráveis à geração de vulnerabilidades sociais.

Desta forma, presume-se que os adolescentes brasileiros, sobretudo aqueles oriundos das classes sociais populares ou de baixa renda (que também se articula a categorias de raça/etnia, gênero, pouco acesso aos bens culturais, entre outros vetores que produzem a estigmatização), apresentam-se em conjunturas de vulnerabilidades sociais, podendo a arquitetura dessas condições propiciar a implicação com alguma forma de prática infracional. Conforme Nascimento (2007), Abramovay, Castro e Silva (2004), as vulnerabilidades têm relação com a falta de acesso a recursos que impedem, para certos grupos sociais, o proveito de oportunidades proporcionadas pela sociedade, como, por exemplo, a permanência escolar. Pode-se mencionar, ainda, a falta de acesso à informação sobre métodos contraceptivos e prevenção às infecções sexualmente transmissíveis

(IST), a ausência de assistência médica de qualidade em postos de saúde que concretizem programas de cuidados específicos para a adolescência, o que, de forma direta ou indireta, inibe a superação dos obstáculos impostos socialmente.

Sob esta ótica, atentaremos, nesta pesquisa, para a observação e a sinalização de que, neste ambiente microfísico institucional, as vulnerabilidades podem ser intensificadas quando articuladas à orientação sexual e identidade de gênero, ou seja, objetivam práticas discursivas referendadas pela cultura heterossexual e machista (CONNELL, 1995) que determinam ao sujeito uma única forma de construção da(s) masculinidade(s). A presença (ou pressuposição) de sujeitos não-heterossexuais em instituições de privação de liberdade impulsiona subjetividades normativas reproduzidas por práticas de intolerância, medo e violências. Práticas estas que vão gerar por muitas vezes uma exclusão e privação de direitos dos sujeitos assumidos ou taxados de homo ou transexuais.

2. Percorso metodológico

Nesta pesquisa, questionaremos como as questões de gênero e sexualidade se concretizam em uma unidade socioeducativa. Por isso, para alcançar tal objetivo, optamos por um estudo de campo de caráter exploratório-descritivo. De acordo com Gil (2008), as investigações dessa natureza têm como principal objetivo a descrição das características de uma determinada comunidade ou fenômeno. Uma das principais singularidades deste tipo de investigação está no emprego de métodos padronizados de coleta de dados que, no caso específico desta pesquisa, será composta de entrevistas e questionários com perguntas abertas e fechadas.

Desta forma, elegemos para esta pesquisa a abordagem qualitativa, a qual é avaliada por Fazenda (2010) como a captação dos sujeitos na sua realidade, ou seja, a descrição e compreensão destes sobre a sua experiência. Conforme a autora, o estudo qualitativo, utilizado na pesquisa em educação, tem o ambiente natural como produtor direto de dados, e do pesquisador como seu inerente instrumento.

A pesquisa foi realizada em uma unidade de privação de liberdade provisória masculina do Novo DEGASE, no município do Rio de Janeiro, onde os adolescentes ficam no máximo por um período de quarenta e cinco dias. Por conta da demora na expedição de autorização judicial, infelizmente não pudemos entrevistar e interagir com os adolescentes, mas pudemos observá-los e entrevistar socioeducadores das mais diferentes áreas: segurança, psicossocial e pedagogia.

3. Resultados e discussão

Gênero e sexualidade, no contexto das instituições de cumprimento de medida socioeducativa de privação de liberdade, são temas polêmicos, principalmente se considerarmos a pluralidade de visões, crenças e valores dos múltiplos sujeitos que nesse domínio atuam, mas, é notório que esta temática demanda um espaço para reflexão. E transpor ruídos em falas é um relevante dispositivo para a promoção de identidades plenas e um importante avanço para a construção de cidadania.

Constatamos que as representações de masculinidades em voga na unidade pesquisada seguem um modelo hegemônico costumeiramente visto como o ‘normal’, a ponto de muitos socioeducadores acreditarem que suas peculiaridades e os comportamentos por ele determinadas sejam “naturais”. Essa “essencialização” faz com que a masculinidade hegemônica seja representada como uma manifestação biológica, denominando-se como “biologicamente inaptos” aqueles meninos cuja aparência física, orientação sexual ou comportamento rompem com a supremacia instaurada. Especialmente no contexto de adolescentes e homens ligados à criminalidade, ainda que tal modelo seja idealmente projetado e dificilmente adotado por todos os homens, ele estabelece uma referência que se impõe e se confronta com os modelos subordinados (GOMES, 2008).

Sobre isso, cabe trazer à baila o trabalho de José Ricardo Ramalho (2002) na Casa de Detenção de São Paulo nos anos 1970. Ao investigar os indicadores que orientavam a conduta dos presos no universo da criminalidade, Ramalho delineia minuciosamente os protocolos que regiam as práticas sexuais. Os padrões de conduta e representações não eram configurados de forma fixa e consensual. Isso se construía sob um processo de jogos de interesses demarcados por inúmeros sentidos e ininterruptos deslocamentos. Em um período no qual a conjuntura do sistema penitenciário impossibilitava qualquer tipo de relação sexual com mulheres no decorrer da execução da pena, o pesquisador revela que a homossexualidade não era uma prática circunscrita a um grupo exclusivo, mas um indício presente para todos os presos. Ramalho derrama neste ambiente um vasto leque de personagens (boy, travesti, homossexual etc.), de interações possíveis entre eles e dos muitos sentidos delegados a essas práticas.

Peter Fry (1982), no início da década de 1980, organizou uma determinada concepção sobre a conexão entre a categorização de práticas sexuais entre homens e certas ordens sociais estereotipadas no contexto brasileiro. A catalogação das práticas sexuais e dos códigos morais empreendida por Ramalho (2002) aparece em Fry (1982) como um exemplo arquetípico de classificação que ele denomina de hierárquico. Diferentemente do “modelo igualitário”, em

ascensão naquele momento no âmbito das classes médias urbanas, este arquétipo estaria abalizado na conexão entre masculinidade, atividade sexual (quem “penetra”) e poder; em contraposição a feminilidade, passividade sexual (quem é “penetrado”) e submissão. Neste modelo clássico, somente os presos identificados com a passividade nos intercursos sexuais eram taxados como homossexuais (bichas, viados, monas, baitolas, mordedores de fronha etc), ao passo que os presos reconhecidos como ativos nessas interações continuavam sendo representados como heterossexuais (machos, homens).

Com base na fala dos socioeducadores, é perceptível como o modelo clássico de práticas sexuais entre homens, sistematizado por Fry (1982), ainda impera. Por isso, as discrepâncias nos discursos de alguns, especialmente de socioeducadores do gênero masculino, ao enfatizarem não haver intercurso sexual na unidade porque lá não existe “viado”. Ao perguntarmos para o diretor adjunto da unidade o que ele entende sobre o que é ser gay, este nos respondeu que se trata do “menino que desmunheca e que na cama faz o papel da mulher”.

4. Considerações finais

Sabemos que na adolescência a sexualidade permeia um espaço de descobertas, de escolhas de possibilidades, (re)construções corporais, autonomia e afirmações de identidades sexuais. Ou seja, a compreensão de todos estes fatores é explicitamente ignorada, dada a falta de preparo e precariedade na formação da maioria dos/as profissionais que atuam junto a estes meninos.

Os argumentos dos/os entrevistados/os demonstram uma desestabilização e angústia ao se depararem com o tema gênero e sexualidade. Percebemos que a constituição da masculinidade hegemônica na unidade é prestigiada e não problematizada, desde os socioeducandos até a direção da instituição.

Pensar nas demandas específicas desta população adolescente LGBT em privação de liberdade passa, sem dúvida, por uma reflexão sobre o papel dos múltiplos atores envolvidos no atendimento dessa população. O cenário de invisibilidade desses adolescentes é sustentado por um mesmo discurso de ódio e repulsa àqueles que contrariam o que estabelece a heteronormatividade, não havendo garantia de direitos àqueles estão fora da masculinidade e sexualidade dominantes: é a exclusão da exclusão.

Referências

ABRAMOVAY, M.; CUNHA, A. L. & CALAF, P. P. **Revelando tramas, descobrindo**

segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: RITLA/SEDF, 2009.

BRASIL. **Código de menores (Lei 6697/79)**. Brasília, 10 de outubro de 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em 15 jul 2017.

_____. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Lei 12.594/12)**. Brasília, 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112594.htm>. Acesso em 15 jul 2017.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Cambridge: Polity Press, 1995.

FAZENDA, Ivani. **Metodologia da Pesquisa Educacional**. São Paulo: Cortez, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

FRY, Peter. **Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GIL, Antonio C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Romeu. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

LOURO, Guacira L. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira L. (org.) **O corpo educado: pedagogias e sexualidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

RAMALHO, José Ricardo. **Mundo do crime: a ordem pelo avesso**. São Paulo: Ibccrim, 2002.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, 2: 460-482, 2001.